

A Constituinte

Sob a liderança de Afif Domingos, Roberto Campos e Delfim Netto, a Subcomissão da Economia alterou 18 dos 20 artigos do parecer do relator.

A grande derrota da estatização

Os liberais da Subcomissão de Princípios Gerais da Economia desmontaram ponto a ponto o anteprojeto preparado pelo relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA), considerado excessivamente estatizante, deixando inteiros apenas dois dos 20 artigos apresentados. Justamente o artigo que atribui ao Estado a função normativa e reguladora da atividade econômica e o que lhe dá a incumbência de prestação de serviço público.

Diante da evidente maioria de liberais — que durante as votações para derrotar os artigos do relator sempre conseguiram de 14 a 15 votos contra oito ou nove dos estatizantes — retiraram-se do plenário, em protesto, os constituintes Luis Salomão (PDT-RJ), Waldimir Palmeira (PT-RJ), Beth Azize (PSB-AM), Raquel Cândido (PFL-RO) e Gabriel Guerreiro (PMDB-AM). Do grupo estatizante permaneceram os peemedebistas Hélio Duque (PR), Ismael Wanderley (RN) e Virgildásio de Senna (BA).

O grupo liberal, composto pelos demais componentes da comissão, foi coordenado pelo deputado Afif Domingos, com apoio do presidente da subcomissão, Delfim Netto (PDS-SP) e do senador Roberto Campos, com participação de Albano Franco, Antônio Carlos Franco, Antônio Ueno, Gil Cesar, Gilson Machado, Gustavo de Faria, Irapuan Costa Junior, Jalles Fontoura, Marcos Lima, Lyder Barbosa, Renato Johnson e Rubem Medina.

Os liberais alteraram o conceito de fundamentação da ordem econômica previsto por Senna ape-

nas no trabalho, mantiveram a função social da propriedade (eliminando a expressão "e da empresa"), o direito de hereditariedade da mesma e eliminaram a expressão "na forma da lei", que condicionava a livre iniciativa. Promoveram, ainda, mudanças no sentido de garantir o direito aos expropriados, em caso de utilidade ou necessidade pública, de recorrerem ao Judiciário, possibilidade que era cerceada pelo relator.

Outra vitória dos liberais foi em relação à conceituação da nacionalidade da pessoa jurídica nacional, extremamente restritiva na versão do relator. Com as alterações, empresa brasileira ou nacional passa ser aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua administração sediada no País. Em consequência, foi retirado o tratamento privilegiado que teria a empresa classificada como nacional nos termos pretendidos por Senna. Este também teve derrotado o dispositivo que disciplinava as empresas estrangeiras em relação aos seus fluxos monetários e financeiros e, até mesmo, sua destinação econômica.

Pelo projeto dos liberais, o Estado agiria sempre supletivamente à iniciativa privada e, sempre que entrar no setor produtivo por razões de soberania ou interesse nacional, através de estatais, o fará através de lei aprovada pelo Congresso Nacional, e sempre por tempo determinado, vedada sua permanência indefinida.

O grande número de regulamentações que o relator tentou im-

por aos mais diversos ramos da atividade econômica foram, em grande parte, repassados à responsabilidade dos Estados e municípios, que passariam a ter maiores atribuições na gestão dos recursos públicos, diretamente sob a vigilância e fiscalização das comunidades que estariam mais próximas e em melhores condições de julgar os atos dos governantes.

O monopólio do petróleo foi mantido, mas apenas para lavra e pesquisa, ficando liberadas à iniciativa privada todas as outras fases, como processamento, refino, transporte e comercialização, que o relator queria manter em mãos do Estado, não só para o petróleo, mas também para o gás natural que, pelos liberais, não será monopolizado. Também os minerais estratégicos (fósseis, férteis, para fins nucleares) serão monopólio do Estado.

Os recursos minerais, assim como os potenciais hídricos, permanecerão propriedade da União, mas foram eliminadas as pretendidas restrições do relator e do grupo estatizante à atuação de mineradoras estrangeiras no País. Estas e as nacionais, no entanto, terão prazo determinado em lei para início de exploração comercial das minas que tenham registrado. Os Estados e municípios terão maior participação neste processo.

Até as 22 horas de ontem, também estava praticamente assegurado que a subcomissão determinaria tratamento especial às micro e pequenas empresas, proposta por Afif Domingos.



Roberto Campos



Delfim Netto



Afif Domingos

Reforma agrária: muita confusão. E todos perdem.

Com lances mais próximos da ficção política — com o suposto seqüestro do deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA) — a Subcomissão de Política Fundiária e Reforma Agrária concluiu, na madrugada ontem, a votação de seu relatório final, iniciada no sábado. Reduzido a dois artigos, distribuídos em quinze linhas, o parecer final não agradou a nenhuma das facções, que se debateram entre o anteprojeto do relator Oswaldo Lima Filho — apoiado pelos trabalhadores rurais — e o substitutivo do deputado Rosa Prata, que atendia os proprietários rurais.

Na manhã de sábado, o clima na subcomissão já prenunciava uma guerra: a sala era pequena para abrigar cerca de 200 proprietários rurais levados a Brasília pela UDR — União Democrática Ruralista —, e os trabalhos foram adiados para as 16 horas. Na reabertura de sessão, porém, nova confusão: os deputados Antero de Barros (que apoiava Lima Filho) e José Mendonça (do grupo de Rosa Prata) disputaram a primeira assinatura no livro de presença, que daria o direito a substituir algum deputado ausente.

Nas galerias, o clima não era menos tenso. Os grupos ligados à UDR procuravam impedir a entrada de trabalhadores rurais — em número bem menor —, que foram arrematados pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Na revista feita pelos seguranças, vários canivetes foram recolhidos.

No plenário, logo na abertura da sessão, presidida pelo deputado Edson Lobão (PFL-MA), os parlamentares começaram a se preocupar com a ausência de Benedito Monteiro, afirmando que durante toda a noite ele recebera ameaças de morte e que seu motorista afirmara tê-lo deixado às 10 horas no Congresso. Monteiro era contado entre os peemedebistas de linha progressista, um batalhador da reforma agrária, que deveria votar a favor do anteprojeto do relator Oswaldo Lima Filho. E começaram as versões: Benedito fora seqüestrado, ou então ameaçado de morte se comparecesse à sessão. A deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AM) também comunicou ter recebido telefonemas anônimos, além de ter sido ameaçada pessoalmente por um desconhecido dentro da Câmara.

Apesar dos protestos dos deputados que queriam suspender a sessão até o reaparecimento de Benedito Monteiro, o presidente Edson Lobão anunciou que iniciaria a votação, dando preferência para o substitutivo Rosa Prata. O líder Mário Covas reagiu, afirmando que pelo regimento interno não havia hipótese de emenda que pudesse substituir integralmente o anteprojeto de um relator.

Entretanto, tendo em mãos um ofício do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, Edson Lobão respondeu que não havia qualquer impedimento regimental. Ulysses informava que não era vedada a apresentação de substitutivo ao relatório das subcomissões.

"Isso é um abuso de poder", gritou o líder do PCB, Roberto Freire. Mário Covas sustentou seu protesto, afirmando que o anteprojeto não poderia ser substituído integralmente, e muito menos por outro que não fosse feito pelo pró-

prio relator. Diante do tumulto, a sessão foi suspensa, enquanto alguns deputados iam à Polícia Federal comunicar o desaparecimento de Benedito Monteiro.

Às 19h40, Edson Lobão reabriu a sessão e teve início a votação, atrapalhada pelos parlamentares partidários do relator Oswaldo Lima Filho, que chamavam Lobão de "ditador" e "grileiro de terras". Atingido por um objeto vindo das galerias, o deputado Amaury Muller (PDT-RS) desafiou: "Desçam aqui, seus f.d.p.", dirigindo-se ao grupo da UDR. E a sessão foi novamente suspensa.

Os trabalhos foram reiniciados às 21h30, mas os deputados ligados ao relator procuravam ganhar tempo, pois já haviam localizado Benedito Monteiro. A votação só foi reaberta às 21h15 da madrugada de domingo. Às 2h50 Benedito Monteiro entrou no plenário, de maneira discreta.

Parecer desfigurado
Todas as emendas propostas ao substitutivo de Rosa Prata venceram por 13 votos contra 11. No relatório que será agora submetido à Comissão de Ordem Econômica, foram mantidos apenas o artigo que vincula o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social, fixando critérios para este julgamento, e outro prevendo a criação de verbas especiais da Justiça federal para dirimir conflitos fundiários.

Parlamentares ligados a Lima Filho acusaram o presidente Edson Lobão de ter "raspado o regimento interno", permitindo a votação de um substitutivo que não o do relator. O anteprojeto de Lima Filho e o substitutivo de Rosa Prata divergiam em pontos fundamentais, mas nenhum deles consta do que sobrou na proposição aprovada. Lima Filho queria limitar a propriedade no País em cem módulos rurais, ficando o excedente passível de desapropriação. Rosa Prata condicionava a desapropriação apenas ao grau de produtividade dos imóveis rurais. Lima Filho previa ainda que os desapropriados perderiam o direito de questionar o ato, podendo apenas recorrer quanto ao valor da indenização.

Agressões a jornalistas
O fotógrafo Sérgio Marques e o repórter Márcio Chaer, ambos do **Correio Braziliense**, foram agredidos durante a reunião da subcomissão. O fotógrafo, segundo exame de corpo de delito do Instituto Médico Legal, sofreu fratura no nariz. Além disso, sua máquina fotográfica foi destruída pela segurança do Senado, orientada pelo presidente Edson Lobão a "endurecer" a vigilância. Escalado para acalmar os ânimos, o senador Saldanha Derzi disse aos seguranças: "E assim mesmo, vocês não podem apunhar de ninguém".

QUINZENA MALUCA

Chic

ÚLTIMA SEMANA

TUDO ABAIXO DO CUSTO

Faça suas compras, apresente as notas fiscais e receba cupons numerados para concorrer a um Gol OK. Sorteio pela Loteria Federal de 30.05.87.

Aproveite as ofertas malucas e ganhe um Gol OK

<h3>Tapetes</h3> <p>Tapete Bandeirante Nylon 6 e 10 mm, tam. 2,00 x 3,00, diversas cores. De 2.100,00 por 990,</p> <p>Tapete Estampado J. Serrano tam. 2,00 x 3,00, todas as cores. De 7.000, por 3.590,</p> <p>tapetes e carpetes BANDEIRANTE fez o primeiro... faz o melhor!</p>	<h3>Carpetes</h3> <p>Carpete forração Del Rey da Elio 4 mm, todas as cores. 69,00 m²</p> <p>Carpete Loop Sommer ou Elio Nylon 6 mm, todas as cores. Apenas 79,00 m²</p> <p>ESTA OFERTA NINGUÉM COBRE.</p> <p>Carpete Capri Bandeirante Nylon 7 mm, todas as cores. 5 anos de garantia. Apenas 159,00 m²</p>	<h3>Cortinas</h3> <p>Cortina pronta De Jacquard rendado, tam. 2,80 x 3,00, completa, com pregos americanos, rodízios e pingentes. De 3.800, por 2.299,</p> <p>Grátis</p> <p>Nas compras acima de C\$ 2.000,00 você ganha um lindo almofadão.</p> <p>Cortinas sob encomenda com 40% de desconto ou em 6 pagamentos sem juros.</p>
---	--	--

TAPEÇARIA Chic

Rua Antonio de Barros, 400
Tatuapé
296-5011/293-3344

Sistema financeiro: cai a "lei da usura" e o limite aos juros.

A Subcomissão do Sistema Financeiro aprovou o anteprojeto elaborado pelo relator, Fernando Gasparian, e iniciou o exame das 47 emendas apresentadas. Até as 20 horas de ontem haviam sido apreciadas 22 emendas, das quais apenas uma logrou aprovação: a que suprimiu dispositivo do anteprojeto restabelecendo a lei da usura, ao limitar a 12% a taxa de juros reais.

São os seguintes os pontos principais do anteprojeto:

- Nacionalização do sistema bancário, inclusive bancos de investimento. Os bancos estrangeiros terão um ano para encerrar suas atividades no País;
- Legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária, inclusive emissão de moeda, passa a ser competência exclusiva do Congresso Nacional;
- Instituição de uma comissão especial mista permanente do sistema financeiro, no âmbito do Congresso Nacional, com poderes para determinar a sustação temporária ou definitiva de determinações do Poder Executivo sobre a matéria;
- O presidente do Banco Central, assim como os diretores, é nomeado pelo presidente da República para um mandato de quatro

anos, ouvido o Congresso, que deverá manifestar-se também sobre sua eventual destituição;

- O presidente e os diretores do Banco Central somente poderão ser nomeados se, nos últimos quatro anos, não tiverem participado da direção de nenhuma instituição financeira privada. Depois de deixarem seus cargos, ficarão impedidos, pelos mesmos quatro anos, de exercerem essas mesmas funções;
- Os depósitos de poupança captados em macro-regiões menos desenvolvidas serão obrigatoriamente aplicados nas mesmas regiões;
- Instituição de um regime de auditoria para a dívida externa brasileira;
- A União não se responsabilizará pelos depósitos e aplicações das instituições financeiras privadas;
- Todas as atividades de fomento do Banco Central são transferidas para o Banco do Brasil e bancos regionais, e as relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação para a Caixa Econômica Federal, no prazo de 90 dias após a promulgação da Constituição.
- Fica extinto o Conselho Monetário Nacional.

Estas ofertas são válidas somente nestas filiais:

- | | | | | |
|--|---|--|--|---|
| <p>GRANDE SÃO PAULO
São Caetano - R. Visconde de Inhaúma, 460
São André - R. Correia Dias, 69
Mauá - R. Vereador Fernando Zanelo, 52
São Bernardo - R. Marechal Deodoro, 1800
Diadema - R. São Jorge, 404
Ribeirão Pires - R. Boa Vista, 49
São Caetano - R. Visconde de Inhaúma, 487
Osasco - Av. dos Autorismistas, 2706
Carpicubia - Av. Rui Barbosa, 392
São Miguel - Av. Marechal Tito, 684
Guarulhos - R. João Gonçalves, 222</p> | <p>Bragança Paulista - Av. J. Gomes da Rocha Leal, 580
Santo Amaro - R. Val. Delmirio Sampião, 64
Itaquape - R. Lino Coutinho, 2071
Lapa - R. Clemente Álvares, 245</p> | <p>INTERIOR
Magé - R. Dr. Deodato Wertheimer, 1112
Suzano - R. Baruel, 145
Jau - R. Edgar Ferraz, 762
Assis - R. José V. da Cunha e Silva, 169
Batucuru - R. Armando de Barros, 393
Lapa - R. Aurorá, 1478
Bauru - Av. Rodrigues Alves, 10
Marília - R. 9 de Julho, 1391
Presidente Prudente - Av. Cel. José S. Marcondes, 1642
Dracena - Av. Expedicionário, 996
Sorocaba - Av. São Paulo, 166</p> | <p>Itu - R. Floriano Peixoto, 301
Limeira - Largo da Boa Morfe, 56</p> <p>BAIXADA SANTISTA
Santos - R. Horácio, 78
Gongaga - R. Marçílio Dias, 27
Guarujá - Via Santos Dumont, 1289
Boqueirão - Av. Pres. Costa e Silva, 281
Oceano - Av. Vicente de Carvalho, 452</p> <p>RIO DE JANEIRO
Madureira - Trav. Almerinda Freitas, 37
Jacarepaguá - R. Pedro Zelles, 648
Flamengo - R. Marquês de Abrantes, 27
Copacabana - R. Barato Ribeiro, 87
Copaacabana - R. Barato Ribeiro, 194
Tijuca - R. Conde de Bonfim, 131</p> | <p>Meier - R. Ana Barbosa, 16
OUTROS ESTADOS
Campo Grande (MS) - R. Sete de Setembro, 606
Porto Alegre (RS) - Av. Benjamin Constant, 777
Londrina (PR) - Rua Pernambuco, 140
Maringá (PR) - Av. Herval, 521
Bela Vista (RJ) - R. Conde de Boa Vista, 640
Belo Horizonte (MG) - Av. Getúlio Vargas, 648
Contagem (MG) - Av. João César de Oliveira, 3077
Florianópolis (SC) - R. Fulvio Aducci, 500
Nova Hamburgo (RS) - R. 25 de Julho, 450</p> |
|--|---|--|--|---|

BREVE - FILIAL NO LAR CENTER COM 1.200 m²